

OIT : superar receituário de estabilidade

Receituário da estabilidade precisa ser superado, diz OIT

Para o diretor-geral Juan Somavia, a orientação econômica de ajustes e restrições adotada pelos países pobres do continente é "insuficiente" para a criação de empregos. Ele propõe uma agenda de "transição".

O recado da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para os países da América Latina e do Caribe foi dado: a orientação que prioriza a estabilidade econômica acima de tudo é "insuficiente"



para a criação de empregos. Em entrevista coletiva ocorrida nesta terça-feira, o diretor-geral da entidade, Juan Somavia, apresentou a proposta inicial de uma Agenda Hemisférica (de 2006 para 2015) de "transição" para uma "nova visão de desenvolvimento", no contexto da abertura da XVI Reunião Regional Americana da OIT (leia: OIT discute 'trabalho decente' com 35 países das Américas), na capital federal, que conta com a presença do presidente Lula nesta quarta-feira.

Para o dirigente máximo do órgão ligado às Nações Unidas, a política calcada em ajustes foi importante para diversos países do continente durante a fase em que muitas economias agonizavam, vítimas da desordem e do desequilíbrio, a partir do início dos anos 80. Hoje, prega Somavia, coloca-se a necessidade de mudança de orientação, com vistas à promoção do trabalho decente – conceito defendido pela OIT desde 1999 que alia quatro eixos (garantia de direitos fundamentais do trabalho; criação de oportunidades para mulheres e homens; ampliação da proteção social; e fortalecimento do diálogo social).

Essencialmente prático e concreto, o tema do trabalho decente deixou de ser um tema da OIT e passou a fazer parte da agenda global, reitera o diretor-presidente. A Agenda Hemisférica surge, portanto, do esforço pavimentação de caminhos para superar o modelo de globalização vigente em que prevalece o poder dos países mais ricos.

De acordo com os números apresentados pela Agenda Hemisférica, a América Latina abriga 126 milhões de pessoas (23 milhões de desempregados e 126 milhões na informalidade, dentre as quais parcelas significativas de mulheres e jovens) fora do mercado formal de trabalho. Essa parcela corresponde a 53% do total da População Economicamente Ativa (PEA) da região, que soma hoje 239 milhões de indivíduos. (leia: Seminário debate políticas de proteção contra trabalho precarizado)

A média atualizada do Produto Interno Bruto (PIB) per capita nos países latino-americanos é de US\$ 3,9 mil. Enquanto que o índice de riqueza produzida por cada trabalhador é de US\$ 840/mês. Nas últimas décadas, a média deste último indicador de produtividade é bastante similar aos dados registrados no início da década de 80. Esse estancamento ajuda a explicar a perenidade das taxas de pobreza. Leia a seguir trechos selecionados do documento sobre temas específicos abordados na Agenda Hemisférica.

Crescimento

A região da América Latina e do Caribe experimenta um processo de recuperação bastante importante. Segundo dados consolidados em 2005 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) em 2005, a produção regional cresceu 5,9% em 2004 e cerca de 4,3% no ano passado. Espera-se que, em 2006, haja um crescimento de 4% a 4,5%. Essas altas taxas de

crescimento – baseadas principalmente no aumento das exportações – não estão promovendo, no entanto, a melhoria das condições de vida da maioria da população. Muitas pessoas não parecem encontrar oportunidades, a julgar pelo crescente número de migrantes provenientes de países da região.

Assim não é possível esperar que só o crescimento – do tipo que tem se verificado na região nos últimos anos – promova o emprego para os que mais necessitam e reduza a pobreza extrema na região nos prazos estabelecidos pelas Metas do Milênio (até 2015). É necessário crescer mais e melhor e – dado que o mecanismo de articulação entre a produção e o bem-estar das pessoas é o mercado de trabalho – também são requeridas políticas de emprego específicas para promover a igualdade na região.

Ainda que as economias tenham hoje um grau de abertura bem maior que nos anos 80, o coeficiente de investimento em relação ao PIB não se alterou de maneira significativa e a proporção da dívida em comparação ao PIB aumentou notavelmente. Como no passado, ainda que em ritmo de crescimento, as economias da região continuam com um grau de dependência considerável. Diversos estudos coincidem em afirmar que, depois das reformas dos anos 90, as economias da região se tornaram mais vulneráveis a choques externos, como provou claramente a crise internacional de 1998.



Reformas Trabalhistas

Em termos de resultados sociais e de criação de empregos, os resultados das reformas da década de 90 foram muito decepcionantes na América Latina e no Caribe. Em alguns países (os casos mais notáveis foram os da Argentina, Colômbia e Peru) foram realizadas reformas que flexibilizaram a contratação e a demissão e, em muitos casos, foram abandonados mecanismos solidários de proteção social com relação às pensões, à saúde, à proteção contra acidentes de trabalho e a enfermidades profissionais, sem que houvesse um aumento da cobertura do sistema. Produziu-se também o enfraquecimento de algumas instituições de relações trabalhistas, em particular da negociação coletiva (em termos de cobertura e conteúdo) e dos meios tradicionais de solução de conflitos, meios que se mostraram insuficientes e foram questionados como ineficazes.

O argumento que justificou esses processos caracterizava as instituições trabalhistas como elementos de “rigidez” que deveriam ser eliminados para possibilitar a geração de empregos formais. Entretanto, uma década depois, as experiências de vários países têm mostrado que, a despeito dessas reformas, não houve aumento de emprego formal, mas sim aumento do desemprego e do setor informal, combinada com a acentuação do fenômeno da precarização e a insegurança de renda, menor proteção social, maior rotatividade, etc. Argumenta-se também que esses resultados se devem ao fato de que as reformas não foram concluídas e pararam na metade do processo. Porém, não dispomos de indício algum de que uma dose maior de reformas desse tipo melhorou tenha melhorado a situação. Pelo contrário, a experiência recente faz pensar que o quadro poderia ter piorado ainda mais caso isso de fato se concretizasse.

Democracia

Uma das chaves da insatisfação com relação ao sistema de governo está no mercado de trabalho. Uma correlação simples entre apoio à democracia e situação empregatícia evidencia a importância dos mercados de trabalho como espaços necessários para equilibrar a democracia. Nos países onde há maior proporção de emprego informal – majoritariamente de baixa qualidade e produtividade – a porcentagem de pessoas que apóiam a democracia é menor. Isso não é casual. O mercado de trabalho não só é o meio pelo qual as pessoas obtêm renda para subsistir, como também consiste no espaço em que elas se realizam como indivíduos e como integrantes da sociedade. Se o mercado de trabalho não proporciona esta possibilidade de realização das pessoas, gera-se uma insatisfação que se inicia no plano trabalhista, mas que rapidamente se estende a outros planos da vida de uma sociedade e afeta o juízo sobre as instituições.

A partir da perspectiva ampla de diálogo social e exercício democrático, o primeiro desafio que devemos buscar é como avançar no tocante à redefinição do papel do Estado reclamada pela sociedade? O dilema não é como o Estado intervém no mercado, mas como opera em relação com a sociedade, da qual é expressão direta. (Maurício Hashizume) (*Carta Maior*, 03.05.2006)

Leia a íntegra (em Espanhol) do documento "Trabalho decente nas Américas: uma Agenda Hemisférica, 2006-2015".

Imigrantes promovem protestos nos EEUU

Imigrantes promovem protestos por todos os Estados Unidos

Centenas de milhares de imigrantes e seus defensores deixaram o trabalho, escola e as compras na segunda-feira, marchando em dezenas de cidades de costa a costa. As manifestações não pararam o país como planejado por alguns organizadores, mas sinalizaram a determinação daqueles a favor do relaxamento das leis do país sobre imigração ilegal.

Originalmente rotulado como um boicote econômico nacional sob a bandeira de "Dia Sem um Imigrante", o dia evoluiu em uma ampla série de protestos que visavam influenciar o debate no Congresso sobre as propostas que concederiam status legal a todos ou quase todos os cerca de 11 milhões de imigrantes ilegais no país.

Os manifestantes, misturando imigrantes ilegais, legais e cidadãos americanos, eram na maioria latinos, mas diferente de manifestações semelhantes nos últimos dois meses, um grande número de pessoas de outras etnias se juntou e apoiou muitos dos eventos. Em alguns casos, os comícios adotaram um tom mais amplo de ação social, com defensores dos direitos dos gays, oponentes da guerra no Iraque e outros sem participação direta no debate da imigração tomando as ruas.

"Eu acho justo falar em nome daqueles que não podem falar por conta própria", disse Aimee Hernandez, 28 anos, uma das cerca de 400 mil pessoas que foram às ruas em Chicago, uma das maiores manifestações. "Eu acho que somos pessoas demais para que você possa nos mandar de volta. Como você ignorará estas pessoas?"

Mas entre aqueles que defendem controles mais rígidos sobre a imigração ilegal, os protestos pouco impressionaram.

"Isto só resultará em um dia sem trânsito nas vias expressas, um dia de folga para as crianças na escola e um dia de folga para outros no trabalho", disse Jim Gilchrist, o fundador dos Minutemen, um grupo voluntário que patrulha a fronteira entre México e Estados Unidos, em uma entrevista.

"Mas quando a regra da lei é ditada por uma turba de ilegais tomando as ruas, especialmente sob uma bandeira estrangeira, então isto significa que a nação não é governada pela regra da lei. É um governo das turbas", disse Gilchrist.

Apesar do boicote, uma idéia nascida dois meses atrás entre um pequeno grupo de defensores dos imigrantes aqui em Los Angeles, não ter paralisado o país, ele foi fortemente sentido em vários locais, particularmente naqueles com grandes concentrações de latinos.

Lojas e restaurantes em Los Angeles, Chicago e Nova York ficaram fechados porque os trabalhadores não compareceram ou como demonstração de solidariedade para com os manifestantes. Escolas em várias cidades informaram um número elevado de faltas -no colégio Benito Juarez, em Pilsen, uma comunidade predominantemente latina em Chicago, apenas 17% dos estudantes compareceram às aulas- apesar dos administradores e alguns dos organizadores do protesto terem pedido aos estudantes para que permanecessem na escola.

Alface, tomate e uvas não foram colhidos em campos na Califórnia e Arizona, que contribuem com mais da metade da produção do país, já que grande parte dos produtores deram folga aos trabalhadores. Os caminhoneiros que transportam 70% dos bens em portos em Los Angeles e Long Beach, o mais movimentados do país, não trabalharam.

Frigoríficos, incluindo Tyson e Cargill, fecharam suas fábricas no Meio-Oeste e no Oeste, que empregam mais 20 mil pessoas, enquanto os amplos mercados de flores e de produtos hortifrutigranjeiros no centro de Los Angeles permaneciam estranhamente vazios.

Israel Banuelos, 23 anos, e mais de 50 de seus colegas não foram trabalhar, com a concordância de má vontade de seu empregador, uma fábrica de tinta industrial em Hollister, Califórnia.

"Nós devíamos trabalhar", disse Banuelos. "Mas queríamos a empresa fechada. Nosso chefe não gostou disto do ponto de vista financeiro."

O impacto econômico disto tudo é difícil de calcular, apesar de economistas acharem que a paralisação terá pouco impacto de longo prazo, e em grandes partes do país a vida prosseguiu sem diferença perceptível. Mas os manifestantes em várias cidades, muitos vestidos de branco e

acenando bandeiras americanas em resposta às queixas de que manifestações anteriores exibiam bandeiras latino-americanas demais, declararam vitória, enquanto as multidões entoando cantos fechavam as ruas.

Grande parte da ira dos manifestantes era direcionada a um projeto de lei aprovado pela Câmara, que aumentaria a segurança na fronteira e tornaria crime um imigrante ilegal estar no país ou ajudar um. Os manifestantes em geral defendiam o plano do Senado, que tem sinais de apoio do presidente Bush, que incluiria mais proteção na fronteira, mas ofereceria a muitos trabalhadores ilegais um caminho para a cidadania.

Ainda assim, a divisão entre os defensores em torno do valor e eficácia do boicote resultou em algumas cidades, incluindo Los Angeles e San Diego, na promoção de duas manifestações de tamanho considerável, uma organizada pelos autores do boicote e outra por pessoas neutras ou opostas a ele.

Tal divisão ocorreu por todo o país. Apesar de muitos empresários terem alertado os funcionários contra tirar o dia de folga, muitos outros buscaram negociar folgas e outras formas para registrar o sentimento dos trabalhadores.

Os hotéis-cassino de Las Vegas informaram terem sido pouco afetados, em parte porque os proprietários dos grande hotéis e cassinos anunciaram em uma coletiva de imprensa, na semana passada, seu apoio aos trabalhadores imigrantes e por hoje mais de 40 cassinos terem montado mesas em refeitórios de funcionários para que os trabalhadores assinassem petições pró-imigração.

Os líderes do Culinary Union 226, o maior sindicato do setor hoteleiro da cidade, que representa 50 mil trabalhadores, dos quais 40% são latinos, também pediu aos membros que trabalhassem.

Pequenas empresas de lá e de outros locais sentiram o impacto. Javier Barajas disse que fechou os quatro restaurantes mexicanos da família em Las Vegas, porque seus funcionários o alertaram que não compareceriam, o que lhe custou mais de US\$ 60 mil em receita perdida.

"Eu não posso demitir todo mundo por causa disto, mas eu gostaria que tivessem outra forma de se expressar", disse Barajas, ele mesmo um ex-imigrante ilegal mexicano que acabou se tornando um cidadão americano. "São as pequenas empresas que são mais prejudicadas por isto."

Mas para muitos imigrantes, foi apenas mais um dia de trabalho.

Em um Home Depot em Hollywood, Califórnia, os trabalhadores lotavam como sempre as entradas do estacionamento, à procura de trabalho. Um lava-rápido no bairro Echo Park de Los Angeles estava agitado com funcionários passando aspirador, lavando e secando carros, enquanto as pessoas faziam fila nos mercados, apesar de alguns terem registrado um menor movimento.

"Eu estava pensando em não comprar nada, mas então precisei", disse Alex Sanchez, 28 anos, um operário de construção que estava comprando abacate, pimenta e cerveja.

O boicote nasceu de uma idéia apresentada por um pequeno grupo de defensores dos imigrantes em Los Angeles, inspirados pelo movimento dos trabalhadores rurais dos anos 60, liderado por Cesar Chavez e Bert Corona. Por meio da Internet e da mídia voltada aos imigrantes, eles desenvolveram e mobilizaram uma rede de organizadores sindicais, grupos de direitos dos imigrantes e outros para espalhar a idéia e planejar os eventos ligados ao boicote. Os organizadores de Los Angeles disseram que cerca de 70 cidades realizaram atividades ligadas ao boicote.

O dia promoveu toda forma de manifestação de apoio. Uma rede de lojas de departamento ofereceu espaço para que advogados dessem orientação legal aos imigrantes; o humorista Paul Rodriguez apareceu no Laugh Factory, um clube de humor, em Hollywood para promover seu dia de atendimento de saúde aos trabalhadores imigrantes.

Em Chicago, havia solidariedade na diversidade. Os latinos receberam o apoio de imigrantes de origem polonesa, irlandesa, asiática e africana, assim como de muçulmanos, enquanto seguiram do centro histórico de Chicago, passando pela Junta de Comércio e se espalharam pelo Grant Park, à margem do Lago Michigan.

Jerry Jablonski, 30 anos, disse que veio da Polônia para Chicago há seis anos, primeiro voando para o México e depois cruzando a fronteira, e que agora trabalha no setor de construção.

"A Polônia é meu antigo país", ele disse, acenando uma bandeira polonesa e uma americana. "Este é meu novo país. Eu posso fazer tudo acontecer aqui." (Randal C. Archibold, em Los Angeles) (Tradução para o UOL: George El Khouri Andolfato) (The New York Times, 02.05.2006)

Trabalhadores pedem respeito no México

Trabalhadores pedem respeito à autonomia sindical no México

Mais de 130 mil trabalhadores mexicanos se manifestaram hoje em todo o país a favor da autonomia sindical, e pediram a renúncia de alguns funcionários federais, em particular do secretário (ministro) do Trabalho, Francisco Salazar.

Meios de comunicação locais afirmaram que cerca de 3.000 pessoas se reuniram em frente à embaixada dos EUA na capital mexicana, entre elas o líder guerrilheiro "Subcomandante Marcos", para apoiar o boicote comercial a empresas americanas.

Em seu comício em Zócalo, os sindicatos do Congresso do Trabalho (CT), grupo ligado ao opositor Partido Revolucionário Institucional (PRI), proferiram palavras de ordem contra o Governo federal, e pediram o respeito à autonomia das organizações e o combate ao desemprego.

Sindicalistas de diversos órgãos governamentais, assim como operários da Central de Trabalhadores do México (CTM), expressaram também seu apoio às manifestações dos imigrantes mexicanos nos EUA.

Um contingente de cerca de 80 mil pessoas dos sindicatos da União Nacional de Trabalhadores (UNT) e seções do sindicato de mineiros leram uma carta do líder deposto Napoleão Gómez Urrutia.

Em sua carta, Gómez Urrutia afirmou que "nada, nem ninguém, poderá nos deter para buscar e conseguir uma classe trabalhadora com direitos e salários justos".

Os manifestantes queimaram figuras de papelão com a imagem de Fox e dos candidatos à presidência Felipe Calderón, do governante Partido Ação Nacional; e de Roberto Madrazo, do PRI.

Apesar das diversas mobilizações de vários sindicatos, todas ocorreram com tranqüilidade. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal disse que as marchas do 1º de maio transcorreram em um ambiente tranqüilo e não foram registrados incidentes. (Agência EFE) *(Último Segundo, 02.05.2006)*

América Latina se rearma

Chile, Venezuela e Brasil lideram as compras, com um salto tecnológico que pode representar um desequilíbrio na região

Estará ocorrendo uma acelerada corrida armamentista na América do Sul, com a desculpa de uma renovação do material militar obsoleto? As cifras analisadas por vários centros internacionais e a análise de especialistas indicam que nessa parte do mundo, onde não ocorreram confrontos graves em todo o século 20 e onde as relações políticas entre os governos são geralmente boas, nos últimos dois anos se registrou uma aquisição de material e um salto tecnológico que pode levar a um perigoso desequilíbrio.

Equador, Chile e Colômbia são os três países que em 2005 dedicaram uma porcentagem maior de seu Produto Interno Bruto a gastos de defesa, segundo a Rede de Segurança e Defesa da América Latina (Resdal), um grupo que reúne acadêmicos e especialistas americanos, dos EUA à Argentina. Os três países citados estão em torno de 3,5%, o que contrasta com 1,13% da Argentina ou 0,43% do México.

Paradoxalmente, esta não é a época em que os países latino-americanos dedicaram a maior porcentagem de seu PIB a gastos de defesa. Enquanto atualmente a cifra média gira em torno de 1,5%, nos anos 80 chegou em algumas ocasiões a 6%. "Não é um problema só da quantidade de armas, mas de sua qualidade", destaca Fabián Calle, especialista em defesa do Nueva Mayoría, um grupo de pensadores argentinos especializado em temas de estratégia regional.

Os países que mais gastaram em compras para a defesa são, de acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) e o Centro para Abertura e Desenvolvimento da América Latina (Cedal), Chile e Venezuela, com respectivamente, US\$ 2,78 bilhões e US\$ 2,2 bilhões, seguidos do Brasil, com US\$ 1,34 bilhão e muito distantes dos US\$ 80 milhões investidos pela Argentina. A grande diferença está no tipo de material adquirido.

Enquanto o Chile optou pela tecnologia mais avançada, a Venezuela se concentrou em material que permite armar uma parcela importante da população civil. O Brasil, por sua vez, investiu mais em meios de combate e transporte para garantir a região do Amazonas, e a Argentina comprou radares e mísseis de combate aéreo. "As forças armadas latino-americanas dispõem hoje de um armamento que não corresponde às teóricas relações políticas existentes entre os governos", afirma Rut

Diamint, professora especializada em desarmamento e defesa da Universidade Di Tella em Buenos Aires.

As diferenças são notáveis nos dois países com maior gasto. O Chile, por exemplo, comprou sistemas de armamento que não existiam na região. Nos dois últimos anos o governo de Santiago adquiriu, entre outras unidades, uma centena de carros de combate Leopard II da Alemanha, dois submarinos equipados com dispositivos de disparo de mísseis da Espanha e da França, dez aviões F-16 com sistemas de mísseis ar-ar de médio alcance dos EUA e outros 18 F-16 de segunda-mão da Holanda, mas modificados com tecnologia israelense. O PIB dedicado pelo Chile à defesa nunca baixa de 3,5%, e além disso a chamada lei secreta do cobre concede 10% dos lucros da venda desse metal ao orçamento das forças armadas. E o cobre está batendo recordes todas as semanas em sua cotação internacional...

Mas no Chile se salienta que na hora de medir os gastos em defesa nem todos os países utilizam a mesma metodologia, o que gera grandes diferenças ao se comparar as cifras no papel. Segundo Santiago, seu gasto em defesa em 2004 foi de 1,4% do PIB. "As diferenças com números de outras fontes geralmente se devem a estas incluírem gastos em polícia, segurança interna, administração aeroportuária, serviço de guarda-costas e, sobretudo, o pagamento do pessoal aposentado das forças armadas e dos serviços policiais, o que leva a mais que duplicar os valores", salienta Javier Galaz, do Ministério da Defesa chileno.

Em entrevista concedida há três semanas a este jornal, a presidente chilena, Michelle Bachelet, perguntada sobre o gasto militar, respondeu que a política de defesa é "transparente e exclusivamente defensiva" e anunciou que sua capacidade militar não vai se alterar nos próximos anos.

Com uma estratégia diferente, mas em situação de receitas econômicas semelhante à do Chile, graças ao preço do petróleo, a Venezuela adquiriu fundamentalmente helicópteros e aviões de transporte de tropas da Rússia e da Espanha, aviões de combate do Brasil e 100 mil rifles de assalto AK-103 e AK-104 da Rússia. "Não são grandes compras para um combate tradicional. As corvetas adquiridas da Espanha não vão desequilibrar uma guerra, mas Chávez aposta mais em investir em fatores pouco mensuráveis em um conflito, e portanto pouco controláveis, como por exemplo as milícias civis armadas", indica Calle. Nesse sentido, o presidente venezuelano já anunciou em diversas ocasiões seu projeto de equipar as forças armadas com fuzis novos e entregar o material velho a uma milícia civil armada.

A Colômbia gastou US\$ 100 milhões (mais outros 700 aplicados pelos EUA no Plano Colômbia) na aquisição de carros de combate, peças de artilharia e aviões de transporte da Espanha. O Peru comprou uma quantidade indeterminada de aviões Mig-29 russos e Mirage 2000 franceses, além de duas fragatas lança-mísseis da Itália.

E esses números são apenas os gastos reconhecidos pelos diferentes países.

"Esta é uma região tranquila na atualidade, mas submetida a fortes mudanças ideológicas", diz Gustavo Gorriz, diretor da revista argentina "DEF", especializada em assuntos de defesa. "Há inúmeras fontes de crise, e quando alguém sabe que tem a força pode ficar tentado a utilizá-la", acrescenta.

Bazar bélico

EUA, Espanha, Holanda, França e Rússia são os maiores provedores de armas para a América do Sul, segundo dados do IISS e do Cedal. E isso não significa que necessariamente o armamento vendido seja novo, como acontece com os 40 carros de combate AMX-30 adquiridos da Espanha pela Colômbia, ou os 18 aviões F-16 que a Holanda vendeu ao Chile. Cabe destacar que nas compras feitas na América do Sul em 2005 a maior parte do material bélico procede da Europa ocidental ou dos EUA, e que as vendas russas quase não passam de fuzis de assalto e helicópteros para a Venezuela.

O país que mais diversificou suas compras é o Brasil, cujas forças armadas adquiriram desde helicópteros Black Hawk e torpedos americanos a mísseis sul-africanos, passando por aviões de treinamento sauditas, de transporte espanhóis ou o de combate franceses. No pólo oposto, a Argentina -- com gastos de US\$ 80 milhões -- se concentrou em sistemas de radares bidimensionais e tridimensionais e em mísseis ar-ar. "Estamos mergulhados numa profunda reorganização das forças armadas", salienta uma alta fonte do Ministério da Defesa em Buenos Aires, que pediu anonimato. "Oitenta por cento do orçamento militar argentino são dedicados a soldos", afirma Fabián Calle, que considera que o exército atravessa problemas de renovação de material. Uma situação semelhante à que atravessam as forças armadas do Peru, que em dezembro passado modificou unilateralmente sua fronteira com o Chile e gastou quatro vezes mais orçamento que a Argentina em armamento novo e de caráter ofensivo, como caça-bombardeiros e fragatas lança-mísseis. (Jorge Marirrodriga, em Buenos Aires) (Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves) (*El País*, 29.04.2006)

Bolívia expulsa siderúrgica brasileira

Governo acusa a siderúrgica EBX de operar sem licença ambiental

A Bolívia ordenou que uma siderúrgica brasileira deixe o país, na primeira expulsão de um investidor estrangeiro desde que Evo Morales, o presidente de esquerda, assumiu o cargo em janeiro.

O ato do governo pretende resolver uma disputa de poder entre o governo de Morales em La Paz e interesses locais na região amazônica no sudeste do país, que resultou no seqüestro de três ministros e no fechamento da fronteira internacional.

O governo disse que a EBX deixou de obter a licença ambiental para construir uma usina de ferro-gusa de US\$ 148 milhões em Puerto Suárez, a cerca de 1.120 quilômetros a sudeste de La Paz, na fronteira com o Brasil. Ele também disse que a usina violou uma proibição de companhias estrangeiras operarem a menos de 50 quilômetros das fronteiras bolivianas.

"A decisão é firme. Uma companhia que não respeita a lei tem de sair", disse o vice-presidente, Álvaro García. "A EBX não respeitou, e eles também estão incentivando o conflito entre bolivianos."

A EBX negou ter burlado qualquer lei, afirmando que sua subsidiária boliviana respeitou todos os regulamentos, incluindo os relativos a investimentos em uma zona franca perto da fronteira, destinada a companhias exportadoras. Ela disse que o governo boliviano distorceu os fatos, recusou-se a discutir o projeto de modo construtivo e "negou nosso acesso aos procedimentos necessários para obter uma licença ambiental".

Ela também condenou o breve seqüestro de três ministros por habitantes locais em protesto contra a ameaça aos empregos que representa a oposição do governo à usina.

Se o projeto de ferro-gusa tivesse avançado com sucesso, a EBX disse que teria feito novos investimentos de US\$ 120 milhões para construir uma aciaria, criando 620 empregos diretos e 5 mil indiretos.

A disputa ocorre quando o governo continua negociando com investidores internacionais no setor de gás, o segundo maior da região. As relações se deterioraram com gigantes da energia como a Petrobras, que no mês passado cancelou um investimento planejado de US\$ 5 bilhões na Bolívia, e a espanhola Repsol, que está sendo investigada por contrabando de petróleo.

Ao tentar ter a última palavra no caso da EBX, o governo espera mandar o recado para os investidores estrangeiros de que não tem medo de assumir uma linha dura, e aos adversários locais de que não cederá a protestos.

A disputa da EBX fez ferver uma antiga rixa entre líderes locais e La Paz. A usina se situa no departamento de Santa Cruz, um enclave da direita boliviana e uma região onde Morales não tem grande apoio.

Comitês cívicos locais conclamaram uma greve indefinida e bloqueios de estradas até que a EBX tenha permissão para operar. Eles pediram que Morales "governe para todos os bolivianos" e disseram que o governo "deixou centenas de bolivianos sem emprego, sem o ganha-pão de suas famílias, e gerou uma depressão econômica na região". (Hal Weitzman, em Lima, Peru, e Jonathan Wheatley, em São Paulo) (Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves) (*Financial Times*, 22.04.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>